

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
ESPECIALIZAÇÃO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES

**CIBORGUES, HÍBRIDOS E FEMINISMO NA CIBERCULTURA:
MALALA YOUSAFZAI E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO**

Florianópolis

2016

ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES

**CIBORGUES, HÍBRIDOS E FEMINISMO NA CIBERCULTURA:
MALALA YOUSAFZAI E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Soraia Carolina de Mello.

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gonçalves, Erica de Oliveira
CIBORGUES, HÍBRIDOS E FEMINISMO NA CIBERCULTURA: ;
MALALA YOUSAFZAI E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO /
Erica de Oliveira Gonçalves ; orientadora, Soraia Carolina
de Mello - Florianópolis, SC, 2016.
40 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Curso de .

Inclui referências

1. Educação. 3. Cibercultura. 4. Feminismo. 5. Literatura
infantil . I. Mello, Soraia Carolina de. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. . III. Título.

ERICA DE OLIVEIRA GONÇALVES

CIBORGUES, HÍBRIDOS E FEMINISMO NA CIBERCULTURA: MALALA
YOUSAFZAI E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

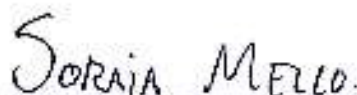


Olga Regina Zigelli Garcia

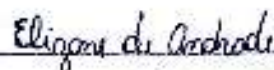
Banca Examinadora:



Mara Coelho de Souza Lago



Soraia Carolina de Mello



Elizane de Andrade

*Ao Tito Sena que brilha, inspira e permanece na
trajetória da educação e do feminismo...*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe do GDE (Gênero e Diversidade na Escola) que nos acolheu, incentivou e esteve ao lado todo o tempo. São muitos nomes que passaram por nós e nos deixaram flores, pensamentos e reflexões e esta folha ou mesmo um caderno inteiro não seria suficiente para registrar as pessoas incríveis que conhecemos ao longo do curso.

Meu agradecimento é especial para o professor e amigo Tito Sena (in memorian) e para a professora e amiga Tânia Welter que despertaram o interesse pelas questões de gênero e sexualidade, principalmente na escola.

Não poderia deixar de agradecer também às amigas e parceiras de trajetória: Jéssica Viana e Juliana Andozio. E às novas amigas de Cali Castro, Gisele de Mozzi e Luciana Gerent.

Às professoras Olga Regina Garcia e Miriam Grossi pela inspiração, determinação e por acreditar que podemos dar grandes passos feministas em direção aos direitos humanos.

A orientadora Soraia Carolina de Mello pela paciência, pelo cuidado e pela orientação, sem que alterasse os caminhos do pensamento, à luz do gênero e da diversidade.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinta e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Comecei a entender que a caneta [as tecnologias digitais] e as palavras podem ser muito mais poderosas do que as metralhadoras, tanques ou helicópteros. Estávamos aprendendo a lutar. E a perceber como somos poderosos[as] quando nos manifestamos. Malala Yousafzai, 2015, p.167

RESUMO

As discussões de gênero e feminismo estão presentes em diferentes discursos e podem ser ampliados com a cibercultura. Neste texto, portanto, o objetivo é apresentar como o discurso feminista e dos direitos humanos se materializa na voz da jovem ativista paquistanesa Malala Yousafzai, seja pela divulgação nos noticiários representados pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), seja pelos livros (impressos) de histórias infanto-juvenis. Todos estes canais midiáticos fazem parte de um conjunto de atores que contribuem para integrar de forma mais participativa o feminismo enquanto movimento de luta pelos direitos humanos. Assim, este estudo de cunho bibliográfico e qualitativo utiliza como fontes de pesquisa livros, artigos e vídeos para problematizar o feminismo enquanto movimento a ser gestado dentro de instituições como a escola, as mídias e o próprio lar. Embora não se tenha exatamente um resultado acabado, esta análise dos conteúdos investigados aponta para uma perspectiva de continuidade, parceria e motivação para as reivindicações mediadas por histórias de mulheres verdadeiras que lutam para a equidade de direitos e supressão da hierarquia de gênero e desigualdades.

Palavras-chave: Malala Yousafzai. Mídias digitais. Histórias infanto-juvenis. Cibercultura. Feminismo.

ABSTRACT

Gender and feminism discussions are present in different speeches and can be extended with cyberculture. In this paper, therefore, the aim is to present how the feminist and human rights discourse is embodied in the voice of young activist Pakistani Malala Yousafzai, either by spreading the news represented by digital technologies of information and communication (TDIC), either by books (printed) of children and youth stories. All these media channels are part of a set of actors that contribute to integrate in a more participatory way the feminism as a movement fighting for human rights. So, this study of bibliographic and qualitative nature, uses as sources of research books, articles and videos to discuss feminism as a movement to be gestated within institutions such as schools, the media and the home itself. Although it is not exactly a finished result, this analysis of the investigated content points to a perspective of continuity, partnership and motivation for the claims mediated histories of real women who fight for equal rights and elimination of gender inequality and hierarchy.

Keywords: Malala Yousafzai. digital media. children and youth stories. Cyberculture. Feminism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Capa do livro infantil Malala. Fonte: Carranca, 2015 | 15 |
| Figura 2 - Bruno Latour. Fonte: Imagens Google | 20 |
| Figura 3 - Donna Haraway. Fonte: Imagens Google..... | 20 |
| Figura 4 – Pachtuns. Fonte: Carranca, 2015, p.10..... | 28 |
| Figura 5 - Mapa do Vale do Swat. Fonte: Carranca, 2015, p.8 | 29 |
| Figura 6 - Mapa Pashwar (Paquistão) Fonte: Mapa Google | 30 |
| Figura 7 - Capa documentário Malala Fonte: Guggenheim (2015)..... | 31 |
| Figura 8 - Livro da Malala – autobiografia | 31 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC - Brigith Broadcasting Corporation

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

DVD – Disco Digital Versátil

EUA – Estados Unidos da América

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

TAR – Teoria Ator-Rede

TDIC – Tecnologias digitais de informação e comunicação

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | DOS CONTOS DE FADA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ: LITERATURA INFANTO-JUVENIL, HISTÓRIA FEMINISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS | 12 |
| 3 | CIBORGUES EDUCOMUNICATIVOS: O FEMINISMO NA CIBERCULTURA | 20 |
| 4 | A VOZ DE MALALA PELAS MÍDIAS DIGITAIS: O DIREITO DE IR À ESCOLA..... | 28 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| | REFERÊNCIAS | 38 |

1 INTRODUÇÃO

A literatura infantil pode ser considerada um importante veículo de divulgação de temas relacionados à educação científica e conceitual de diferentes temas. Neste estudo, priorizamos a abordagem do gênero enquanto movimento feminista de resistência e de luta pela equidade. Em favor dos direitos humanos na sociedade atual, seja ela proclamada por meios de comunicação das mais variadas formas, a literatura infantil e infanto-juvenil pode auxiliar na compreensão e na apropriação de possibilidades de perceber o mundo desde a mais tenra infância.

Diante deste cenário lúdico, ao mesmo tempo de conscientização e problematização das questões de gênero enquanto direitos humanos, buscamos transitar entre três bases de sustentação: a cibercultura, a literatura infantil e o feminismo. Estes três temas formam a confluência para a estrela deste palco acadêmico e científico: Malala Yousafzai. Uma jovem paquistanesa, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2014 por reivindicar o direito das meninas irem à escola, após a invasão do regime talibã em sua cidade natal, Vale do Swat (Paquistão).

Para compor esta investigação convidamos teóricos/as de referência que dialogam entre si e fortalecem os argumentos feministas e da cibercultura presentes no texto. Destacamos, portanto, especialmente Donna Haraway (2009) com a metáfora do ciborgue enquanto elemento de ficção e de realidade que se relaciona criticamente com o mundo para pensar e refletir políticas deste século e, Bruno Latour (2012) que contribui para a compreensão do ciborgue enquanto actante, ou seja, elemento humano ou não humano (tecnologias digitais, por exemplo) que promove alguma ação ou modificação no contexto.

Neste circuito para compreender o movimento cibernético feminista da sociedade atual, outros nomes nos ajudaram a refletir: Judith Butler (2003) e Guacira Louro (2003) para entender a noção de gênero; Stig Hjarvard (2012/2015) o conceito de mídiatização; Ismar Soares (2014) a educomunicação e Jesùs Martìn-Barbero (2014) a caracterização de ecossistemas comunicativos.

Entre material impresso (livros) e audiovisual (DVD – Disco Digital Versátil), a biografia da protagonista deste estudo seja pela literatura infantil, seja pelo documentário via DVD e sobretudo pela autobiografia de Malala nos apresenta uma entre tantas histórias de mulheres que lutam pelos direitos humanos e pela equidade de gênero. Assim, desenvolvemos três capítulos que, embora possam ser lidos aleatoriamente pelo seu caráter independente, está

cuidadosamente bordado em fios densos que se unem em torno um conjunto de questões a serem pensadas e debatidas acerca do gênero e do feminismo.

O capítulo “DOS CONTOS DE FADA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ: literatura infanto-juvenil, história feminista e movimentos sociais” discorre sobre o processo de midiaticização que nos põe em um mundo heteronormativo, branco e submisso em castelos frios e distantes e impõe padrões estereotipados de modo de ser, de viver e de pensar. A virada de jogo de poderes e possibilidades é quando um livro de literatura infantil, tal como o de Malala escrito por Adriana Carranca (2015) rompe com este estereótipo da literatura infantil de conto de fadas idealizado e propõe a história de vida de uma personagem real que mudou os paradigmas do seu tempo: ganhadora do prêmio Nobel da Paz em 2014.

Em “CIBORGUES EDUCOMUNICATIVOS: O FEMINISMO NA CIBERCULTURA”, buscamos trazer ao centro do diálogo as mídias digitais como importante ator no rompimento de estereótipos heteronormativos e na conscientização da importância política do feminismo com a metáfora do ciborgue de Donna Haraway (2009). Estas ações, enquanto práticas pedagógicas educacionais (SOARES, 2014) podem promover também novos objetivos para a educação, especialmente ao transformar a visão instrumental das tecnologias digitais em mediadoras do processo de ensino e de aprendizagem, articuladas ao movimento feminista. Ao estabelecer relações sociais de respeito às diferenças e pautadas em uma ontologia plana e simétrica como nos apresenta Latour (2012) com a Teoria Ator-Rede (TAR), as histórias de mulheres reais que contribuíram de alguma forma para reduzir as hierarquias de gênero se apresentam como estratégias que potencializam o diálogo pedagógico, tal como a inspiradora história de Malala Yousafzai.

Por fim, mas não menos importante, o capítulo “A VOZ DE MALALA PELAS MÍDIAS DIGITAIS: O DIREITO DE IR À ESCOLA”, problematiza a história de Malala enquanto defensora dos direitos humanos ao lutar pela garantia das meninas paquistanesas e de todas as sociedades a irem à escola. Sob o pseudônimo de Gul Makai, Malala revela ao mundo o que acontecia no Vale do Swat com a invasão dos talibãs e esta história não finaliza aqui. Ela continua com a força e a determinação de pessoas que lutam e escrevem as histórias da humanidade. Este capítulo, portanto, reforça a visibilidade da história de mulheres que reivindicam direitos e se colocam diretamente em confronto com regimes de hierarquia de gênero, sob os meios digitais de informação e comunicação.

2 DOS CONTOS DE FADA PARA O PRÊMIO NOBEL DA PAZ: literatura infanto-juvenil, história feminista e movimentos sociais

Os contos de fada parecem estar entre os gêneros literários mais populares para o público infanto-juvenil. Estas narrativas fazem parte do imaginário humano e permeiam o universo da imaginação, da fantasia e também do consumo e da reprodução de estereótipos naturalizados da fragilidade feminina e da submissão. Para entender o processo que faz parte deste movimento que integra a imaginação à realidade buscamos apoio no conceito de mediação de Stig Hjarvard (2012; 2015). Este autor discorre sobre o lugar central que as mídias ocupam nas experiências cotidianas e como desencadeiam ações e mediações as quais muitas vezes não nos damos conta. Como exemplo: ao assistir a um filme de princesas idealizadas, uma criança, talvez até um adulto, queira vivenciar os episódios cinematográficos ao comprar uma mochila com a imagem daquela personagem, ou ainda, desejar “ser” a princesa, buscando suas características principais, inclusive as fenotípicas: cabelos longos, branca, magra.... Nestes casos é possível que o/a interlocutor/a seja remetido/a ao sentimento de baixa autoestima e desvalorização por não se enquadrar dentro dos padrões desenhados e naturalizados pela publicidade e propaganda.

A narrativa de histórias faz parte da memória e do registro de fatos, acontecimentos e da imaginação. Da tradição oral aos mais recentes recursos tecnológicos digitais, as histórias permanecem nos patamares midiáticos materializados pelos livros infantis e infanto-juvenis.

[...] as pessoas sempre manifestaram interesse em narrar. Apreciam filmes, novelas de televisão ou romances porque, fundamentalmente, esses gêneros contam uma história. Quando ainda não existiam esses veículos de comunicação, eram as reuniões familiares e comunitárias – manifestações primeiras – que assumiam essa função. Várias condições podem propiciar esse interesse particular que possuímos pelas histórias. Em primeiro lugar, o fato de a própria vida poder ser entendida como uma história – sucessão de acontecimentos e emoções. Um outro motivo, que talvez justifique essa paixão, é a identificação com os sentimentos dos personagens. (PIRES, 2009, p. 85-86)

Em continuidade a estas narrativas dos contos de fada, especialmente por fazer parte da sociedade enquanto instituição de cunho pedagógico e social, é preciso levar em conta que a escola está inserida neste contexto mediado em que professores/as, crianças, famílias consomem, produzem e movimentam o mercado da literatura infantil e infanto-juvenil que materializam as questões de gênero imersas nos conteúdos de contos de fada tradicionais como **Branca de Neve, Cinderela, Bela Adormecida**, entre outras.

No entanto, não se pode esquecer que estes e outros contos de fada fazem parte da representação do imaginário infantil e do desenvolvimento cognitivo da criança. Assim,

[...] os contos de fadas promovem na criança um fascínio devido às suas histórias e representam, segundo Marilena Chauí (1984), uma riqueza e multiplicidade de sentidos, seduzindo as diversas áreas do conhecimento como a literatura, filosofia, história, sociologia, psicologia, psicanálise, etc. Diversos autores discorrem acerca da importância das crianças estarem em contato com os contos de fadas [...] Os contos de fadas têm uma estrutura facilmente compreendida e, por isso, tornam o ouvir ou o ler prazeroso. Nesse tipo de leitura, a criança se diverte, cria fantasias, pois os contos falam de medos, de amor, das dificuldades em ser criança, de carências e de autodescobertas. (BASTOS; NOGUEIRA, 2016, p.15-16)

Publicações recentes de autores/as contemporâneos/as como Edgar Kirchof, Tatiana Bonin e Rosa Maria Silveira (2013), Suyan Pires (2009) e Rodolpho Bastos e Joanna Nogueira (2016), buscam discutir em seus artigos justamente sobre este papel de reprodução de comportamentos e estereótipos femininos e masculinos oriundos destas narrativas representadas pelo livro de literatura infantil e infanto-juvenil.

Em face da emergência de repensar os papéis de gênero que legitimam o lugar submisso das mulheres na sociedade, estes/as autores/as, entre outros/as, propõem uma leitura crítica dos contos de fadas, sob diferentes aspectos: as relações de poder, os arranjos familiares, as diferenças (culturais, fenotípicas, intelectuais).

Chauí (1984) aponta como outro exemplo a narrativa de A Bela Adormecida, em que a mulher espera para ser despertada, socialmente e sexualmente, pela figura masculina, ou melhor, do príncipe encantado. Histórias como Branca de Neve e A Pequena Sereia também reproduzem este ideal de felicidade feminina reduzido ao encontro do marido perfeito, sempre apresentando heroínas dóceis, pacientes e recatadas, e vilãs invejosas de suas belezas (beleza física no primeiro caso, e a bela voz da sereia protagonista Ariel, no segundo). Compreendido de que forma os estereótipos de gênero são apresentados e reforçados pelos contos de fada tradicionais, frutos de uma cultura patriarcal em que a mulher necessita de resgate e ao homem é incumbida a tarefa de salvador, [...] podemos utilizar essas histórias em sala de aula, no intuito não de perpetuar, mas de problematizar e repensar estes papéis sociais instituídos. (BASTOS; NOGUEIRA, 2016, p. 22)

Ou seja, grande parte da literatura infanto-juvenil prioriza em sua narrativa o amor idealizado pelo casamento, pela dificuldade de conquista e pelo sentimento de transformação do outro. Assim, segundo Suyan Pires (2009, p. 86), as obras literárias podem ser interpretadas como artefatos culturais que legitimam as “identidades sociais e de gênero,

estabelecem relações de poder entre leitores/as e escritores/as de tais textos, constituindo um circuito produtor e reprodutor de práticas sociais masculinas e femininas consideradas ideais.”

Com isto, é preciso pôr em evidência a categoria de gênero que é fundamentada especialmente nos estudos de Judith Butler (2003), Guacira Lopes Louro (2003) e Joan Scott (1990). Enquanto Scott (1990) utiliza gênero para explicar as diferenças entre homens e mulheres a partir das relações sociais construídas no discurso em diferentes contextos históricos; para Louro (2003), as diferenças entre homens e mulheres não estão apenas representadas no corpo – pênis ou vagina –, há o componente cultural que se evidencia pelas roupas, pelo comportamento e pelo modo de pensar e agir. Judith Butler (2003), por sua vez, reitera a crítica sobre a representação dos papéis de gênero e questiona o dualismo homem/mulher, feminino/masculino polarizado na sociedade e culturalmente construído.

Quer queiramos, quer não, estes discursos embasados no gênero estão tão fortemente arraigados em diferentes esferas do cotidiano (nos filmes, nos livros, nas relações domésticas, na hierarquia familiar, nos empregos...) que, crianças e adultos, ao longo do processo de aprendizagem, os assimilam e incorporam como elementos subjetivos da essência da natureza humana. Assim, “Passamos a conviver com situações entendidas muitas vezes como naturais, mas que foram construídas e continuam sendo legitimadas como práticas sociais.” (PIRES, 2009, p. 83)

No entanto, se pensarmos que esta natureza é produto de uma construção social e histórica, é possível refletir e questionar estes papéis de gênero fixos dentro de hierarquias de poder e dominação, a começar por uma das instituições de grande influência e participação em nossa sociedade: a escola.

Rodolpho Bastos e Joanna Nogueira (2016) afirmam que os contos de fadas reforçam não só os papéis de gênero, mas acrescentam a estes papéis as referências dos valores dicotômicos de bom/malvado, feio/belo, herói/vilão, mocinho/bandido, princesa/bruxa. Esta construção polarizada a qual critica Judith Butler (2003), pode ser problematizada na escola pelos/as profissionais da educação ao fazerem uso dos contos de fada em outras perspectivas, especialmente as de gênero e da diversidade no contexto histórico e social. Desta forma,

[...] esclarecer a origem das narrativas se configura como uma das alternativas que o [a] professor [a] encontra para explicar e pensar o porquê de todos os [as] personagens centrais serem representados da mesma forma: masculino/dominador e feminino/dominada, bruxa/madrasta má e princesa boazinha, príncipe salvador e princesa a ser resgatada, bem como a ideia de um final feliz estar sempre vinculado à realização do casamento. Esta abordagem permite demonstrar por que os [as] mesmos [as] personagens são física e

historicamente representados [as] por pessoas que não fazem parte da realidade do [a] aluno [a], propiciando, desta maneira, a reflexão sobre os papéis sociais vigentes. (BASTOS; NOGUEIRA, 2016, p. 24)

Diante do exposto, acreditamos que o diálogo sobre as questões de gênero possa ser iniciado especialmente no âmbito escolar, desde os primeiros anos da educação básica, em que a criança já tem contato com diferentes tipos de literatura mesmo antes de estar alfabetizada, por meio do letramento em diferentes linguagens (audiovisual, digital, simbólica).

Neste sentido, a própria história das mulheres traz exemplos diversos que não correspondem aos estereótipos dos contos de fada ocidentais, e que diferentes modelos de feminilidade podem ser acessados através dessas histórias. Assim, a pergunta que cabe nesta investigação é: de que maneira é possível articular o conhecimento da história das mulheres para a consolidação do debate sobre o empoderamento das meninas, especialmente na escola?

A resposta pode estar na própria literatura infanto-juvenil de conhecimento histórico que trata da vida e do legado de uma menina paquistanesa chamada Malala Yousafzai, que encontrou nas mídias digitais um caminho para a luta e reivindicação do direito das mulheres de irem à escola e estudar. Desse modo, o objeto deste estudo é um instrumento educativo, o livro “Malala, a menina que queria ir para a escola”, no qual a autora se volta para o público infanto-juvenil e discorre sobre a vida de uma personagem real que mudou os paradigmas do seu tempo: Malala Yousafzai, ganhadora do prêmio Nobel da Paz em 2014 (CARRANCA, 2015).



Figura 1 - Capa do livro infantil Malala. Fonte: Carranca, 2015

A partir da premissa de que as mídias integram o cotidiano social e cultural das pessoas, este estudo está alicerçado na hipótese de que a história de Malala Yousafzai pode contribuir para a consolidação do conhecimento das questões de gênero e diversidade na escola. Assim, ao serem problematizadas as ações desta jovem ativista paquistanesa desde a primeira etapa da Educação Básica inicia-se um processo institucional escolar de midiaticização que pode alterar, modificar e produzir outras maneiras de pensar, agir e sentir nas crianças. E, especialmente com as tecnologias digitais de informação e comunicação disponíveis na sociedade contemporânea, a ganhadora do Prêmio Nobel da Paz (2014) pode ser reconhecida mundialmente por ter rompido com os padrões culturais e sociais, construindo novos paradigmas na sociedade atual.

Malala era uma menina que queria ir para a escola. Mas no lugar onde vivia, isto era proibido. Livro, só escondido. No caminho para a escola havia muitos perigos. Riscos inimagináveis, de morte até. Esse lugar se chama vale do Swat. O vale do Swat fica num país distante chamado Paquistão. Tem campos verdejantes, cercados por montanhas gigantes que a neve pinta de branco quase o ano inteiro. No verão, quando o sol aquece os picos, a neve derrete e se junta ao rio Swat, que desce serpenteando a serra até o encontro do rio Cabul, este vindo do país vizinho, o Afeganistão. Ali, entre a magnífica cordilheira de Hindu Kush e as águas cristalinas dos rios, com um pé no Paquistão e outro no Afeganistão, vivem há mais de 2 mil anos os pashtuns, como Malala. (CARRANCA, 2015, p. 9)

Neste estudo, acreditamos que é importante que, junto com a narrativa de qualquer história, se situe o contexto histórico, cultural e temporal de suas personagens, destacando os papéis dos homens e das mulheres nas diferentes culturas e sociedades. Desta forma, constitui como objetivo principal desta pesquisa problematizar os potenciais transformadores do conhecimento histórico e a importância das mídias digitais na luta pelas questões de gênero e empoderamento das meninas a partir da literatura infanto-juvenil.

As relações sociais e as diferenças culturais estão presentes a todo momento no livro de Adriana Carranca (2015). No trecho a seguir, a autora discorre sobre estas diferenças, percebidas enquanto visitava a terra onde nasceu Malala, o vale do Swat no Paquistão.

Depois do café, os meninos iam brincar. Usando galhos de árvore como espadas, travavam lutas pelo domínio do espaço diminuto do quintal. As meninas não tinham muito tempo para isso porque ajudavam as mães no trabalho de casa. Só Tanzeela, de quatro anos, ainda não usava véu e usufruía das regalias como brincar com os meninos. Aimun, de catorze anos, era a mais velha e a mais calada. Parecia uma menina triste. Razia me contou que ela e o marido já tinham recebido três pedidos de casamento para a filha, porque as

meninas do vale se casam muito cedo. Razia é analfabeta e se casou com Sana aos quinze anos. Mas Aimum não queria se casar jovem, como a mãe. Assim como Malala, ela queria ir para a escola. (CARRANCA, 2015, p. 27)

Este trecho contém diferentes tipos de percepção quanto às diferenças de gênero e as diferenças culturais. É importante notar que nos últimos anos, de acordo com os autores Edgar Kirchof, Tatiana Bonin e Rosa Maria Silveira (2013), houve um crescimento significativo no interesse por temas ligados às diferenças, especialmente nos artefatos culturais direcionados às crianças. Este fenômeno pode estar relacionado às atuais políticas públicas de reconhecimento e direito das diferenças, sejam elas de âmbito cultural, social, fenotípico ou de outra natureza.

Dentre essas, a literatura infantil apareceu como campo fértil para a tematização de diferenças étnicas, etárias, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero, de conformação corporal, dada a quase consensual concepção – entre os educadores – de que a abordagem de temas por meio de produtos culturais de entretenimento, como livros de literatura infantil, filmes, desenhos animados, jogos é sempre produtiva e fecunda. [...] Muitos são os fatores que colaboraram e colaboram para conferir centralidade à temática das diferenças na atualidade, dentre os quais se destacam, por um lado, as iniciativas de movimentos políticos e de uma gama de novos atores sociais que reivindicam direitos específicos – muitos deles incorporados à legislação a partir da premissa constitucional da igualdade e, simultaneamente, do respeito às diferenças culturais, religiosas, étnicas, geracionais etc. Por outro lado, é necessário considerar, para além dos fatores sociais e políticos do Estado brasileiro, os processos de globalização em curso, que tornam cada vez mais porosas as fronteiras que delimitam um dentro e um fora, que definem quem é próximo ou distante, quem somos nós e quem são os outros, e alteram significativamente os panoramas culturais, as rotinas e as práticas dos sujeitos destes tempos. (KIRCHOF; BONIN E SILVEIRA, 2013, p. 1045)

Embora haja uma boa quantidade de produções científicas sobre literatura infanto-juvenil e ainda, contos de fadas problematizados sob um olhar de gênero, a justificativa deste estudo está pautada na ausência de artigos tanto na plataforma Scielo¹ (Scientific Electronic Library Online) que contenham o nome “Malala” no resumo, assunto e título, quanto na busca de obras com a palavra-chave de busca “Malala” na Biblioteca Digital de Teses e

¹ Mais informações, acesse <http://www.scielo.org>

Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em ciência e tecnologia (BDTD IBICT)². Neste sentido percebemos uma lacuna nesta área de pesquisa, que desenvolvemos aqui através da figura de uma das mulheres mais jovens ganhadoras do Prêmio Nobel da Paz na história.

Como contribuição para os avanços da educação em gênero e direitos humanos, espera-se que esta pesquisa possa instrumentalizar pedagogos/as e professores/as para uma educação em gênero e diversidade na escola na perspectiva feminista e inclusiva de valorização às diferenças etnicorraciais, de gênero e sociais. Inspirada na história de mulheres reais que participaram de movimentos sociais de luta e reivindicação de direitos por motivos que vão além dos contos de fada (em que o sonho é se casar com um príncipe e viver feliz para sempre), neste estudo nos interessa problematizar os potenciais transformadores do ponto de vista da confluência do conhecimento histórico e da importância das mídias digitais na luta pelas questões de gênero e do empoderamento das meninas apoiada da literatura infanto-juvenil. Como consequência deste movimento espera-se contribuir para o conhecimento das questões de gênero e diversidade na escola fundamentado em livros infanto-juvenis para os anos iniciais do ensino fundamental.

Ao abraçar a ideia de que a literatura infanto-juvenil pode ser um importante instrumento educativo e dispositivo pedagógico para conhecimento da história das mulheres, os caminhos para se chegar neste patamar de igualdade de direitos são delineados especialmente pelo exercício de apresentar e divulgar uma das possibilidades de lutas e movimentos sociais feministas no ciberespaço, trazendo à tona a história de vida da ativista paquistanesa Malala Yousafzai. No decorrer do livro, a autora descreve o momento em que os Talibãs ocuparam o Vale do Swat no Paquistão e determinaram que as escolas deveriam ser fechadas e os computadores destruídos. Neste momento, Malala e seu pai iniciaram uma campanha que mudaria a história das mulheres e dos movimentos sociais digitais já que,

Malala sabia que no Corão está escrito que todos devem buscar conhecimento. Então, lembrou-se de como é importante conhecer as letras e os livros. Como o poeta Khushal, que dá nome à escola, ela fez das palavras a sua arma. “- Minha força não está na espada. Está na caneta” – ela disse, um dia. Malala começou a escrever um blog! Por segurança, escolheu um pseudônimo: Gul Makai, heroína do folclore pashtun, que na língua da Malala dá nome a uma linda flor azul. O blog de Gul Makai era publicação em urdu no site da rede de rádio e televisão BBC, da Grã-Bretanha, a terra da rainha. Malala escrevia com um refinamento surpreendente para uma menina da zona tribal, o que ajudou a chamar a atenção para os problemas do vale. [...]

² Para saber mais, acesse <http://bdt.d.ibict.br/>

O livro da história da Malala, escrito para um público infanto-juvenil, não deixa a desejar quando narra a força e a determinação de Malala, uma menina de um lugar bem distante, cheio de barreiras e perigos, mas que por meio das redes sociais digitais, conseguiu falar para o mundo as crueldades que aconteciam na sua região. A educação das meninas continuava banida e Malala se entristecia em ver o uniforme, a mochila e o estojo de geometria no canto, sem uso. Ela sentia falta da escola e até das discussões com as colegas de classe. Mas o talibã havia ordenado que as meninas já não saíssem. Durante meses, elas ficaram presas dentro de casa. Malala escrevia tudo no blog, onde podia ser livre. Também se tornou o único lugar por onde as pessoas de fora podiam observar o que acontecia no vale, como a espiar por um buraco de fechadura. Os acontecimentos relatados chocavam a população de outras regiões do Paquistão e do mundo. Malala ganhou muitos leitores e todos comentavam sobre o que ela escreveu [...] (CARRANCA, 2015, p. 46-47; 49)

Malala sofreu um atentado de um grupo talibã e passou cinco meses em um hospital na Inglaterra, para onde teve que se mudar pelo perigo que ela corria ao ser alvo de ataque dos fundamentalistas. Com isto, Malala ganha destaque pela coragem, ousadia e estratégia de defender os direitos das mulheres, em especial, o de ir para a escola.

Sua luta pela educação das meninas ganhou atenção global e milhares de pessoas se uniram a ela. Malala recebeu doações para ajudar milhões de meninas e meninos que ainda estão fora da escola. Ela entrou para a lista das cem pessoas mais influentes do mundo e se tornou a mais jovem ganhadora do prêmio Nobel da paz! [...]

- Eu realizei um sonho. Penso que é o momento mais feliz da minha vida porque estou voltando para a escola. Hoje eu tenho meus livros, minha mochila, e vou aprender... Eu quero aprender sobre política, sobre direitos sociais e sobre lei. Eu quero aprender sobre como posso mudar o mundo – ela disse, no primeiro dia de aula. O primeiro dia do resto de sua vida. (CARRANCA, 2015, p. 80)

Assim se encerra o conto de fadas sobre uma menina real que lutou e ainda luta pelo direito das mulheres. Malala nos conta que o final pode ser feliz, basta romper com as amarras do preconceito, da violência e das diferenças de gênero. Cada um/uma de nós pode idealizar uma Malala como representação de força e de superação.

Neste viés de história infanto-juvenil, buscou-se promover reflexões sobre às questões de gênero, autoestima e representatividade feminina que permeiam o universo midiático no âmbito educacional. Com isto, este estudo pretendem trazer instrumentos para professores/as e pedagogos/as, especialmente das primeiras etapas da educação básica de forma a contribuir para uma educação em gênero e diversidade na escola na perspectiva feminista e inclusiva de valorização às diferenças etnicorraciais, religiosas, de gênero e sociais.

3 CIBORGUES EDUCOMUNICATIVOS: O FEMINISMO NA CIBERCULTURA

A cibercultura tem uma relação direta com a capacidade criadora e a materialização tecnológica no contexto social e histórico. E é neste contexto de transformação que as mídias digitais influenciam e são influenciadas nos movimentos sociais e feministas. Neste viés de pensamento é que Donna Haraway (2009) elege a figura do ciborgue, personagem que aparece nas histórias de ficção científica, para reivindicar valores e apropriações políticas das diferenças e do feminismo concomitante ao desenvolvimento científico e tecnológico que a sociedade contemporânea tem experimentado.

Em outras palavras, o “Manifesto Ciborgue” de Haraway (2009) é uma proposta política de transformação da nossa percepção de mundo e de nós mesmos/as orientadas pelas nossas relações sociais vividas nesta virada do século/milênio e por meio da cibercultura.

A cibercultura é o momento histórico, a conexão dialética cotidiana entre os sujeitos sociais e suas expressões tecnológicas, através da qual transformamos o mundo e, assim, nosso próprio modo de ser interior e material em dada direção. (RUDIGER, 2013, p.112-113)

Com o advento das tecnologias digitais e da cibercultura, estreitam-se as fronteiras entre o orgânico e o inorgânico, humanos e não humanos (LATOUR, 2012) e a divisão entre Natureza e Sociedade é questionada por autores contemporâneos e estudiosos da sociologia tais como Bruno Latour (2012) e Donna Haraway (2009).



Figura 3 - Donna Haraway. Fonte: Imagens Google

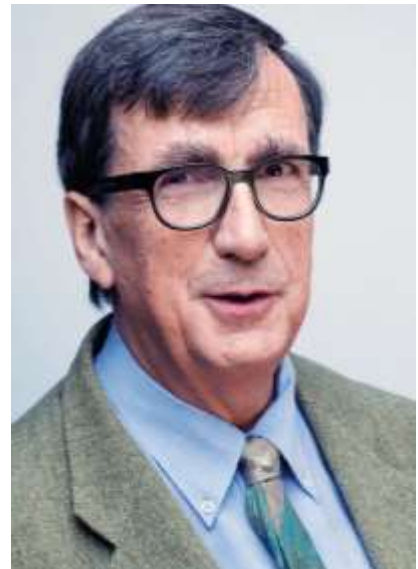


Figura 2 - Bruno Latour. Fonte: Imagens Google

Estas transformações também ocorrem nas ciências físicas e naturais com os novos paradigmas da ciência propostos pela Mecânica Relativística e a Quântica (ROVELLI, 2015). Esta sociedade contemporânea que experimenta a incerteza e a relatividade principalmente no apagamento da divisão entre o visível e o não visível, matéria e energia, agora busca outras formas de compreender a vida e as relações sociais.

Na interpretação do que é este ciborgue na perspectiva de Donna Haraway (2009), trata-se da própria ruptura com as formas de controle e poder que se mantiveram por muito tempo na dominação ideológica do corpo e da mente de homens e mulheres. Assim, este híbrido de humano e máquina que promove ações e associações denominado por Latour (2012) como actante, pode nos ajudar a

[...] transformar em sentido libertário nossas experiências com nossa cultura, nosso trabalho, nosso modo de vida, nossas relações sociais e nossas identidades individuais. O predomínio do que chama de informática de dominação não exclui a possibilidade de emprego das novas tecnologias com o objetivo de mudar as regras do jogo, fazer emergir novos prazeres, situações sociais e relações de poder. (RUDIGER, 2013, p.117)

Neste sentido é que Donna Haraway (2009) propõe um rompimento com as categorias – entre elas, a da “mulher”, de forma naturalizada. Esta identidade única, com a metáfora do ciborgue, pode ser substituída por novas políticas de identificação dentro de uma simetria de homens e mulheres, máquinas e humanos, natureza e sociedade, a qual Latour (2012) chama de ontologia plana (LATOURE, 2012). Assim,

[...] o ciborgue é uma figura histórica com que se pode construir e alterar o misto de seres humanos e máquinas em que pouco a pouco, via essa própria ambivalência, estamos nos convertendo desde o final do século XX. Atualmente ‘a máquina perdeu a condição de algo a ser animado, cultuado ou dominado. A máquina, agora, somos nós, algo que nos estrutura, um aspecto de nossa encarnação. Devemos ser responsáveis pelas máquinas: elas não nos dominam ou ameaçam. Somos responsáveis pelos limites: somos o mesmo que elas e, portanto, elas são algo sujeito à construção e à desconstrução, um terreno onde passou a ser disputada nossa identidade, um campo onde, contraditoriamente, é certo, estamos tendo acesso a uma nova maneira de ver a ciência e a tecnologia e, potencialmente, a questionar a informática de dominação. (RUDIGER, 2013, p.117-118)

Para Haraway (2009), portanto, tanto o dualismo homem/mulher característico no discurso de gênero quanto o de natureza/sociedade contribuem para a fragmentação e a parcialidade da ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Ou seja, dentro da nova perspectiva

das relações sociais – em rede ou teia – em contínuo estado de associações e modificações em que se pautam, entre outros, Latour (2012) e Haraway (2009), o dualismo se traduz em um processo contraditório. E é por este viés de complexificação das relações sociais cada vez mais impulsionadas na mediação da ciência e da tecnologia que Donna Haraway (2009) nos apresenta o ciborgue como este elemento da ficção e da realidade que se relaciona criticamente com a ciência, tecnologia e sociedade (CTS) na possibilidade de pensar e refletir sobre políticas integradas neste novo século.

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo. Os movimentos internacionais de mulheres têm construído aquilo que se pode chamar de “experiência das mulheres”. Essa experiência é tanto uma ficção quanto um fato do tipo mais crucial, mais político. A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica. (HARAWAY, 2009, p.36)

Partindo desta premissa, o Manifesto Ciborgue de Haraway (2009) traz um panorama de influência dos avanços midiáticos e comunicacionais nas práticas sociais e culturais da sociedade contemporânea em rede ao trazer o ativismo político dentro das tecnologias digitais para áreas como a discussão de feminismo, gênero, poder e diversidade. No entanto, para Francisco Rudiger (2013, p.126-127)

A vida em rede nos cobra seu preço político, ao nos posicionar em circuitos de interação que, além de efêmeros, fracionados e funcionais, costumam ser acionados ou tendem a se manter apenas no registro abstrato, anônimo e (áudio)visual dos aparatos tecnológicos. O sujeito, é certo, só se reduz às conexões que estabelece nas redes sociais como ideologia, mas isso não significa que o processo não esteja em curso e, com ele, se projete um mundo em que não haja mais lugar tanto para a relação viva e criadora com seu semelhante quanto para a construção colaborativa e concreta de instituições conscientemente revolucionárias.

A modificação das maneiras de pensar e agir da sociedade com o advento das tecnologias não têm início neste formato digital. Outros inventos e processos tecnológicos bem anteriores às formas digitais de tecnologia foram responsáveis por estas mudanças nas

relações sociais. A exemplo da incorporação das tecnologias pela sociedade no decorrer da frequente utilização, Derrick Kerckhove (2009, p.43) afirma que “Desenvolvido e aperfeiçoado ao longo de cinco milênios, o alfabeto tornou-se o mais importante conceito, ocupando a mente, a alma e o corpo de qualquer cultura humana até a descoberta da eletricidade”. Ou seja, após a escrita, por vivermos em uma sociedade grafocêntrica, a eletricidade, bem como a dependência dela, exemplifica este paradigma atual imerso na cultura da sociedade contemporânea. Com o advento da eletricidade, portanto, o modo de viver e de pensar foram alterados e modificados, estabelecendo necessidades e impulsionando outros desenvolvimentos científicos e tecnológicos até a chegada do mundo digital.

Nesta continuidade, conectados ao ciberespaço por meio da internet e dos sinais via satélite, os computadores transcendem os limites geográficos e integram uma ampla rede de relações entre elementos humanos e não humanos (LATOURE, 2012), pela cibercultura. A internet está ligada às práticas e ações das pessoas que, ao transitar pelo ciberespaço, interagem com os conteúdos selecionados e promovem a “troca constante de conhecimentos que circulam, são modificados, reconstruídos, aumentados e editados de acordo com as demandas específicas de uma determinada situação” (MARTINO, 2015, p.31). Este circuito comunicacional está interligado aos ciborgues nestas relações e associações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Portanto, para Haraway (2009, p. 37),

O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica.

A forte presença e influência das tecnologias, sobretudo as digitais, altera as relações estabelecidas na esfera social e cultural presente também nos movimentos sociais, especialmente no feminismo, cuja lógica de pensamento, consumo e atuação é a mesma em se tratando de pessoas que vivenciam este espaço e tempo atual. Um exemplo forte e que pode ser exposto é o de Malala Yousafzai quando relatou ao mundo o cotidiano do povo paquistanês com a tomada do talibã e o impedimento das meninas de irem à escola. Com isto é possível pensar em diferentes formas e situações de reivindicações políticas, por meio das mídias digitais – ciborgues.

A metáfora do ciborgue pode ser pensada como uma forte contribuição para uma cultura feminista “na tradição utópica de se imaginar um mundo sem gênero, que será talvez um mundo sem gênese, mas, talvez, também, um mundo sem fim.” (HARAWAY, 2009, p.38) A autora caracteriza ainda a figura do ciborgue como um ser sem gênero (pós-gênero) que se

afasta da condição polarizada de uma sexualidade dividida entre homo e hetero. Para exemplificar, Donna Haraway (2009) retoma as histórias de ficção e argumenta que o ciborgue não espera que seu pai criador construa uma parceira heterossexual que o complemente, afinal, “o ciborgue não sonha com uma comunidade baseada no modelo da família orgânica” (ibdem, p.39).

E o que tudo isto tem em relação ao ensino e a aprendizagem nos espaços escolares? Quem são esses sujeitos da história que compartilham com os ciborgues as mesmas experiências? E como pensar uma educação que ultrapasse a barreira dicotômica e dualista que separa e hierarquiza homens e mulheres?

O papel de educar não é só da Escola enquanto instituição de ensino, mas desta rede de humanos e não humanos que formam as redes sociais no processo de mão dupla em que ao mesmo tempo são receptores/as e produtores/as de conteúdos de informação. Ou seja, estão sob o mesmo horizonte híbrido crianças e professores/as, preconceitos e dualismos, esperanças e tecnologias digitais.

Portanto, é neste contexto que Nelson Pretto (2013) salienta que tanto professores/as quanto crianças estão imersas em uma cultura digital de informação e comunicação. Com isto, faz-se necessário e urgente refletir sobre a atuação da educação e da escolarização neste contexto midiático e midiaticado, especialmente na superação das situações de discriminação e hierarquia de gênero.

A escola já não se configura mais como o único local de construção e reconstrução de conhecimentos. Diante de imensos canais por onde se acessa, se troca e se discute informações para além dos muros da escola, ocorre uma mudança paradigmática na educação, que deixou de ser concebida como centrada no ensino e passou a ser baseada na colaboração e construção coletiva, instigada pelo desenvolvimento tecnológico (SARTORI, 2014, p.68)

Partindo da discussão sobre o desempenho das mídias nos processos educacionais de rompimento com preconceitos e conscientização da importância política do feminismo, assinalam-se novos objetivos para a educação. Tendo em vista o estudo das ações, relações e associações comunicativas e educacionais, bem como da crescente importância que a mídia e o desenvolvimento das tecnologias adquirem nas relações sociais, interferindo na produção de conhecimento e de cultura. Nesta lógica, com o surgimento de novas práticas comunicativas, talvez nem tão novas assim já que têm início no final do último milênio, e com o processo de avanço das tecnologias digitais, outras práticas pedagógicas podem ser pensadas e implementadas.

Neste sentido a Educomunicação vem constituindo uma nova área do saber que busca preencher as demandas presentes na escola, buscando desvendar os processos comunicativos gerados no ambiente educacional que interferem nos processos de aprendizagem dos educandos e no seu desenvolvimento com a influência das tecnologias midiáticas. (SARTORI, 2014, p.116)

A Educomunicação, conforme defende Ismar Soares (2014), área do saber delineada a partir da aproximação entre Comunicação e Educação – o comunicar na educação e o educar na comunicação, exige um outro pensar acerca dos modelos pedagógicos e de estratégias educacionais que consigam promover e facilitar o diálogo entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar de forma crítica, coletiva, criativa e democrática. E, se a contemporaneidade, imersa no contexto tecnológico e midiático, modifica e altera as formas de pensar, agir e viver, é preciso também discutir diferentes formas de ensinar e de aprender na esfera escolar, pautadas na lógica de políticas destes novos feminismos que emergem como ciborgues da sociedade contemporânea.

Por gerações, foi dito às mulheres que elas são “naturalmente” fracas, submissas, extremamente emocionais e incapazes de pensamento abstrato. Que estava “em sua natureza” serem mães em vez de executivas, que elas preferia entreter visitas em casa a estudar Física de Partículas. Se todas essas coisas são tão naturais significa que elas não podem ser mudadas. Fim da história. Volta à cozinha. Proibido ir adiante.

Por outro lado, se as mulheres (e os homens) não são naturais, mas construídos, tal como um ciborgue, então dados os instrumentos adequados, todos nós podemos ser reconstruídos. Tudo pode ser escolhido, desde lavar os pratos até legislar sobre a Constituição. (KUNZRU, 2016, p.25)

Neste sentido a metáfora dos ciborgues contribui para pensar a educação escolar problematizada enquanto campo de práticas pedagógicas comunicativas articuladas em redes e que extrapolam as fronteiras dicotomizadas entre humanos (crianças, professores/as, comunidade escolar) e não humanos (tecnologias digitais, máquinas). Ou seja, o campo da educomunicação denota um sentido menos formalista na educação com a possibilidade de pensar, refletir e problematizar, junto com as crianças e a comunidade escolar a constituição de políticas pautadas em princípios da diversidade e respeito. O viés do feminismo de Haraway (2009) que rompe com a barreira dicotômica e hierárquica de gênero pode ser a inspiração para estabelecer outras relações e produções de sentidos destas crianças e adultos com o mundo, com as coisas e com a vida.

A metáfora do ciborgue nos dá pistas para entender que o próprio ciborgue, tal como as tecnologias e o gênero, são construções humanas. Portanto, se são construídas podem ser desnaturalizadas no processo educacional ao escolher ser Físico/a de Partículas ou donos/as de casa, como problematiza Hari Kunzru (2016).

A Educomunicação pressupõe a presença de ecossistemas comunicativos, um termo utilizado por Martín-Barbero (2014) para denominar as diferentes linguagens por meio de ambientes tecnológicos e comunicativos constituídos por linguagens audiovisuais. Para este teórico da educação e da comunicação, a partir da premissa da existência dos ecossistemas comunicativos é imprescindível que a escola e o sistema educativo se preocupem com as mudanças e alterações por que passa a sociedade, especialmente nas formas de ensinar e de aprender mediadas pelos meios de informação e comunicação.

Partindo desse ponto de vista, os ecossistemas comunicativos na educação precisam de professores/as que compreendam esta realidade da qual fazem parte e partilhem do pensamento de políticas de valorização das diferenças e da superação das hierarquias e fracionamento dicotômico das questões de gênero. Ao fazer uso de práticas pedagógicas preocupadas com a equidade ao tratar o tema feminismo, essas/es profissionais da educação podem contribuir para a aprendizagem própria e das crianças de forma crítica e emancipatória, tal como a metáfora dos ciborgues de Haraway (2009).

Importante ressaltar que o conceito de ecossistema comunicativo foi trazido neste texto com base em dois autores. O primeiro, Martín-Barbero (2014) descreve os ecossistemas comunicativos relacionados às mudanças culturais provocadas pelas tecnologias digitais dentro de um ambiente educacional de informação e conhecimento que não se limita aos saberes adquiridos na escola. O segundo, Ismar Soares (2014) pensa a Educomunicação como um conjunto de ações cuja finalidade é integrar processos comunicativos democráticos, abertos e participativos às práticas educativas com objetivo de criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos.

A revolução tecnológica que vivemos não afeta apenas individualmente a cada um dos meios, mas produz transformações transversais que evidenciam na emergência de um ecossistema comunicativo conformado não só por novas máquinas ou meios mas por novas linguagens, escritas e saberes, pela hegemonia da experiência audiovisual sobre a tipográfica e a reintegração da imagem ao campo da produção de conhecimentos. Isso está incidindo tanto sobre o sentido e o alcance do que entendemos por comunicar como também sobre a particular realocação de cada meio nesse ecossistema e nas relações dos meios entre si. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p.66)

A partir dessa perspectiva, entende-se o ecossistema comunicativo como espaço que possibilita a construção e reconstrução do conhecimento coletivo, democrático e compartilhado das práticas pedagógicas. Neste movimento, o exercício de ensinar e aprender na e com as tecnologias digitais de informação e comunicação se dá justamente na transformação das informações dispersas no ciberespaço em conhecimento significativo pois é “a partir da escola que as dimensões e não só os efeitos culturais das tecnologias comunicativas, devem ser pensadas e assumidas” (MATÍN-BARBERO, 2014, p.56).

Esse conjunto de novos valores vai caracterizando esse novo mundo ainda em formação. Um mundo em que a relação homem-máquina passa a adquirir um novo estatuto, uma outra dimensão. As máquinas da comunicação, os computadores, essas novas tecnologias, não são mais apenas máquinas. São instrumentos de uma nova razão. Nesse sentido, as máquinas deixam de ser, como vinham sendo até então, um elemento de mediação entre o homem e a natureza e passam a expressar uma nova razão cognitiva. (PRETTO, 2013, p.67)

Logo, ao compreender a educação escolar na perspectiva de políticas que fomentam esta relação entre humanos e não humanos e que refutem as performances dicotômicas de gênero, emerge um processo relacional que oferece possibilidades de transformações históricas, sociais e culturais, especialmente voltadas ao feminismo. Mas como reunir estes elementos de naturezas diferentes que formam os ecossistemas comunicativos – TDIC, políticas feministas, crianças e professores/as - e trazê-los para as práticas de sala de aula?

Tendo em vista as práticas pedagógicas educacionais como importante viés para estabelecer relações sociais de respeito às diferenças e pautadas em uma ontologia plana e simétrica como nos apresenta Latour (2012) com a TAR, as histórias de mulheres reais que contribuíram de alguma forma para reduzir as hierarquias de gênero e poder parecem ser uma boa alternativa didática. Uma das estratégias educacionais que pode potencializar o diálogo pedagógico com/nas mídias digitais a fim de transformar a visão instrumental destas tecnologias em mediadoras do processo de ensino aprendizagem articuladas aos movimentos políticos feministas, pode ser a história de Malala Yousafzai. A menina paquistanesa que em 2014 recebeu o prêmio Nobel da Paz por utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação para reivindicar o direito das meninas e mulheres a poderem estudar.

Assim, partindo para o próximo capítulo, falaremos um pouco mais da história de Malala e quais as relações com as mídias digitais para promoção de uma sociedade que reivindica direitos dentro de um viés feminista e com inspiração nas políticas dos ciborgues que Haraway (2009) nos inspira.

4 A VOZ DE MALALA PELAS MÍDIAS DIGITAIS: O DIREITO DE IR À ESCOLA

“*Quem é Malala? Malala sou eu, e esta é minha história*” (YOUSAFZAI, 2013, p.18)

Iniciamos este texto com a epígrafe de Malala Yousafzai, jovem ativista paquistanesa que nasceu no sul da Ásia no solstício de verão do hemisfério norte ao final do século XX. Seu nome foi uma inspiração das histórias do povo das montanhas, os *pachtuns*³, que lutaram contra a ocupação britânica no final do século XIX no Afeganistão.

Meu nome foi escolhido em homenagem a Malalai de Maiwand, a maior heroína do Afeganistão. Os pachtuns são um povo orgulhoso, composto de muitas tribos, dividido entre o Paquistão e o Afeganistão [...] A pior coisa que pode acontecer a um pachtum é a desonra. [...] Lutamos e travamos tantas infundáveis disputas eternas que nossa palavra para primo – *tarbur* – é a mesma que usamos para inimigo. Mas sempre nos unimos contra forasteiros que tentam conquistar nossas terras. Todas as crianças pachtuns crescem ouvindo a história de como Malalai inspirou o Exército afegão ao derrotar o britânico na Segunda Guerra Anglo-Afegã, em 1880. (YOUSAFZAI, 2013, p.22)



Figura 4 – Pashtuns. Fonte: Carranca, 2015, p.10

³ Importante destacar que enquanto no livro de literatura infantil de Adriana Carranca (2015) denomine o povo Pashtun, na autobiografia de Malala Yousafzai (2013), o nome do mesmo povo é Pachtum. Optamos no texto de utilizar as duas formas de escrita.

O nome de Malala foi dado pelo seu pai em homenagem a Malalai Maiwand, que se juntou às forças de combate dos pasthuns contra a ocupação britânica. Apesar de Malalai ter sido atingida pela tropa britânica, sua história influenciou e ainda motiva os/as afegãos/ãs e os povos das proximidades, incluindo o Vale do Swat no Paquistão (CARRANCA, 2015; YOUSAFZAI, 2013).

Malalai foi morta pelos britânicos, mas suas palavras e sua coragem inspiraram os homens [e as mulheres] a virar a batalha. Eles [e elas] destruíram uma brigada inteira – uma das piores derrotas da história do Exército britânico. Os afegãos construíram no centro de Cabul um monumento à vitória de Maiwand. Mais tarde, ao ler alguns livros de Sherlock Holmes, ri ao ver que foi nessa batalha que o dr. Watson se feriu antes de se tornar parceiro do grande detetive. Malalai é a Joana d’Arc dos pachtuns. Muitas escolas de meninas no Afeganistão têm o nome dela. (YOUSAFZAI, 20013, p. 23)



Figura 5 - Mapa do Vale do Swat. Fonte: Carranca, 2015, p.8

Malala, portanto, é conhecida mundialmente por ser uma defensora dos direitos humanos, principalmente por intervir pelo direito das mulheres a frequentar a escola em um momento em que os talibãs – que tomaram o poder no Vale do Swat – as proibiram de estudar. Desde então, Malala se tornou uma ativista com sua voz ouvida por milhões de pessoas por meio de seus relatos para as mídias. Assim, propomos aqui pensar como as mídias, especialmente as digitais, podem influenciar e contribuir nos movimentos sociais, especialmente no movimento feminista e com enfoque nos direitos humanos.

Não nos preocuparemos em responder diretamente esta questão, mas sim em trazer para o centro do diálogo o que Donna Haraway (2009) nos sinalizou através dos ciborgues: as tecnologias digitais como poder de transformação e de mudanças para a sociedade do século XXI. Pensar que o ciborgue é o próprio produto da ciência e a tecnologia “as realidades da vida moderna implicam uma relação tão íntima entre as pessoas e a tecnologia que não é mais possível dizer onde nós acabamos e onde as máquinas começam.” (KUNZRU, 2016, p.22). Ou seja, pensar em uma educação como forma de desnaturalização das expectativas de gênero. Diante do exposto, daremos continuidade à história da jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2014 e como estas tecnologias, ao contrário de serem usadas por iniciativas conservadoras e opressoras, podem nos ajudar a fortalecer uma educação para o feminismo.

Durante a tomada do Vale do Swat pelo talibã, em 2009, Abdul Hai Kakar, amigo do pai de Malala e correspondente da BBC (Brigith Broadcasting Corporation) em Peshwar (Paquistão), buscava uma pessoa que pudesse descrever diariamente sua vida sob o regime talibã. Como uma rede de notícias internacionais, a BBC tinha o interesse de mostrar o que as pessoas da região do Swat vivenciavam sob a égide fundamentalista dos talibãs.

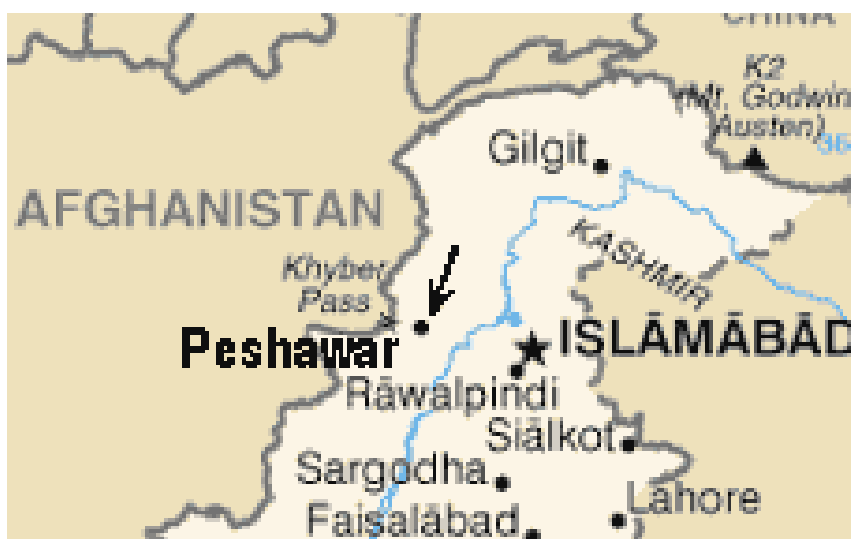


Figura 6 - Mapa Pashwar (Paquistão) Fonte: Mapa Google

Tanto no documentário dirigido por Davis Guggenheim (2015) quanto no livro (YOUSAFZAY, 2013), Malala se prontificou a escrever este diário que apresentaria no portal digital em urdu da BBC. Mesmo sem saber como ou por onde começar, ela acreditava na importância de que as pessoas de outros países soubessem o que estava acontecendo no Vale do Swat sob o controle talibã, liderado por Fazlullah.

Eu queria que as pessoas soubessem o que estava acontecendo. Educação é direito nosso, eu dizia. Assim como é nosso direito cantar. O Islã nos deu esse direito ao dizer que toda menina e todo menino devem ir à escola. No Corão está escrito que devemos buscar o conhecimento, estudar com afinco e aprender sobre os mistérios de nosso mundo. (YOUSAFZAI, 2013, p.164)

Malala iniciou seu processo de denúncia, ora pela escrita, ora por telefone. O regime talibã ordenou queimar livros, bombardear escolas e destruir canais de comunicação digital, como o computador. Havia cortes frequentes na energia e, portanto, nem sempre era possível escrever direto no blog que iria para o site da BBC.

Seus homens [talibã] explodiram a usina de energia e o vale mergulhou na mais profunda escuridão. Radinhos a pilha eram a única diversão. Mas só se podia ouvir a voz de Fazlullah [...] Foi pelo rádio que ele mandou noticiar que as meninas estavam proibidas de ir à escola. (CARRANCA, 2015, p.44)

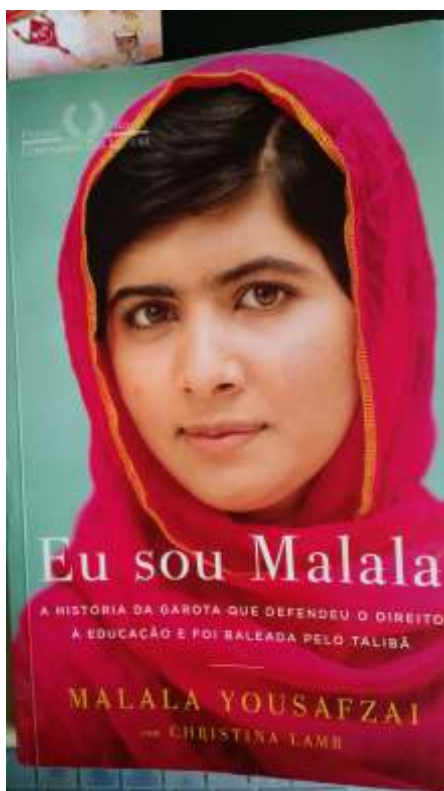


Figura 8 - Livro da Malala – autobiografia
Fonte: Yousafzai, 2013

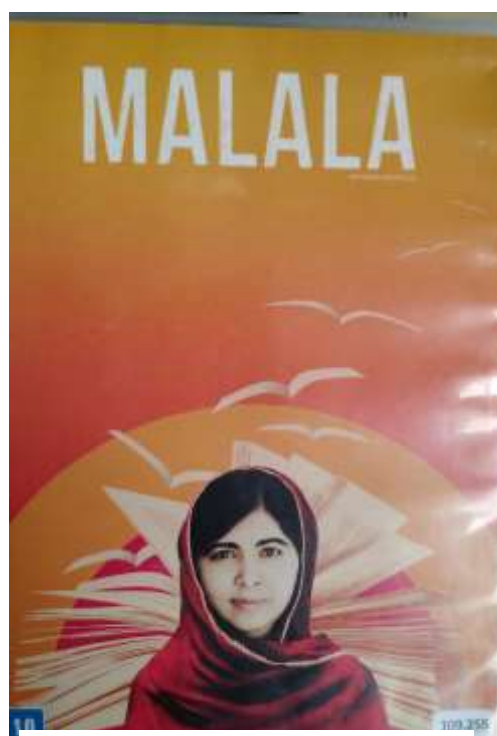


Figura 7 - Capa documentário Malala
Fonte: Guggenheim (2015)

Malala escreveu sob o pseudônimo de Gul Makai, sob pena de ser descoberta pelo talibã e ameaçada de morte. A mídia, especialmente a digital, materializada pelo noticiário da BBC, foi sem dúvida um parceiro de luta e reivindicação de direitos de um povo que teve suas vidas controladas pelo fundamentalismo violento de Fazlullah.

O blog de Gul Makai era publicado em urdu no site da rede de rádio e televisão BBC, da Grã-Bretanha [...] Protegida pelo anonimato, ela continuou escrevendo. Seus posts humanizavam a guerra. Todos conheceram a tragédia do Swat e o drama das meninas por causa do blog da Malala – quer dizer, o blog de Gul Makai. (CARRANCA, 2015, p. 47)

O diário de Gul Makai teve grande audiência e alguns jornais chegaram a reproduzir o diário. Malala passa a entender que “a caneta e as palavras podem ser muito mais poderosas do que metralhadoras, tanques ou helicópteros. Estávamos aprendendo a lutar. E perceber como somos poderosos quando nos manifestamos.”(YOUSAFZAI, 2013, p.167). Com isto, Malala atingiu grande popularidade e ela passou a dar entrevistas na imprensa e em redes de televisão de vários locais do mundo.

Mesmo depois da escola de Malala ter sido destruída, ela continuou a escrever o blog. Certo dia, recebeu uma ligação de uma estudante da Universidade de Stanford nos EUA, originária da capital do Paquistão, dizendo que assistiu ao documentário do New York Times – Aulas Proibidas no vale do Swat – e, nas palavras do próprio livro da Malala, “Mais uma vez constatamos o poder da mídia” (YOUSAFZAI, 2013, p.173). Este trecho nos remete a pensar na amplitude e força que as reivindicações ganham com as tecnologias digitais, tal como já nos alertava Donna Haraway (2009) com a voz dos ciborgues.

A luta de Malala traduz uma nação inteira de pessoas, especialmente mulheres que não têm direito de estudar, que sofrem sucessivas violências e que são vítimas de leis impostas por um domínio machista e masculino em diferentes lugares do mundo. As questões de gênero defendidas por teóricas como Donna Haraway (2009), Judith Butler (2003), Guacira Louro (2003), Joan Scott (1990), entre tantas outras, refutam a desigualdade hierárquica entre homens e mulheres.

O conceito de gênero foi formulado a partir de grande influência do movimento social feminista nos anos de 1970. O conceito é amplo e segue diferentes compreensões e perspectivas em que este trabalho não restringe a apenas uma característica reducionista, no entanto, uma das expressões adotadas de forma geral é justamente desconstruir a ideia que

diferenças biológicas – vagina e pênis, por exemplo – pois elas não justificam as desigualdades de direitos entre homens e mulheres.

A própria ideia de que se precisa de uma categoria específica para analisar as questões que envolvem as hierarquias sociais baseadas nas formas pelas quais cada sociedade dá significado às diferenças percebidas entre os sexos, tem uma história. E essa história pode começar pelo momento em que as mulheres saíram às ruas reivindicando direitos políticos e alguns outros direitos sociais, como o acesso à educação e a muitas carreiras laborais que estavam fechadas a elas. (WOLF; SILVA, 2015, p.96-97)

Apesar de, segundo algumas teóricas, a categoria gênero ter surgido com a chamada segunda onda (há quem associe a uma terceira onda) do movimento feminista, após a Segunda Grande Guerra, com as reivindicações de direito ao corpo e ao prazer (PEDRO, 2015a), ela não esteve presente logo no início, nas décadas de 1960 e 1970. Simone de Beauvoir (1970) – *O segundo sexo* – nos anos 50 – e Betty Friedan (1971) – *Mística Feminina* – nos anos 60, embora pioneiras no movimento feminista da segunda onda, utilizavam a categoria mulher em contraposição ao homem. Ou seja, o que estava sendo questionado era a generalização e universalização do masculino em nossa sociedade. Para exemplificar o fato, podemos pensar primeiramente na língua portuguesa. Todos os seres, vivos ou não, possuem gênero, no entanto, nem todos eles possuem sexo. Desta forma os movimentos feministas de mulheres nos anos 80 passam a utilizar gênero ao invés de sexo (PEDRO, 2015b).

Esta fala resumida não traduz a complexidade e as lutas de reivindicação de grupos de mulheres ao longo do tempo. Os movimentos não aconteceram de forma simplista e abrupta como pode parecer dada as poucas palavras limitadas a algumas linhas e a um único exemplo transportado para a língua portuguesa. No entanto, é preciso ter em mente que estas lutas pela equidade de gênero são chamadas de ondas dada similaridade com as ondas sonoras e magnéticas. Trata-se de um efeito que se produz em todas as direções, continuamente. Ao transpor este conceito de ondas para os movimentos feministas, podemos perceber que eles vão para diferentes direções como o das mulheres negras, o das mulheres indígenas, das mulheres trabalhadoras agrícolas.... Ou seja, a diversidade e especificidade de cada grupo dentro de uma perspectiva de direitos humanos o que não pode se limitar, portanto, a uma categoria única “mulher” e sim, ao plural, “mulheres”.

A categoria mulheres, conseqüentemente, surge com a reivindicação de diversos movimentos feministas, tais como a luta das mulheres negras, das indígenas, das trabalhadoras do campo, das operárias... Já que a categoria “mulher” (em que se constrói uma identidade diferente da do homem) não era suficiente para explicar as outras mulheres (do

campo, indígenas, negras...). No entanto, é preciso ressaltar que mesmo com as diferenças entre as mulheres, não é possível esquecer as desigualdades produzidas nas relações de poder entre os sexos (PEDRO, 2015b).

Mas cuidado, é preciso estar atenta ao processo histórico das categorias “mulher” e “mulheres”. Elas não se apresentam em escala evolutiva já que a categoria mulher foi retomada por determinadas historiadoras para resgatar a narrativa de grandes mulheres. Ou seja, o fato de ter historiadoras que utilizam a categoria “mulheres” não exclui uma vasta produção utilizando a categoria “mulher”. Segundo Joana Pedro (2015b), a categoria “gênero” surgiu no interior da categoria “mulheres”, ao escrever a história das mulheres. Para ela, o gênero é construído nas relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos e construídas no interior das relações de poder.

Diante do exposto, é preciso pensar a educação dentro da escola. As questões relacionadas ao gênero dentro das instituições formais de ensino, implicam preparação dos/as professores/as para lidarem com situações cotidianas que envolvem alunos e alunas; pais, mães e o corpo técnico escolar.

É importante discutirmos a temática de gênero e educação porque a instituição escolar, de forma explícita ou implícita, por meio de seu currículo, seu projeto político pedagógico, plano anual, plano de aula, material pedagógico, suas práticas pedagógicas, linguagens, brincadeiras, ainda é um local privilegiado para discussão e reflexão sobre a produção e reprodução das desigualdades entre os gêneros. (GRAUPE; SOUZA, 2015, p.111)

Assim como Malala defende o direito das meninas irem à escola em pleno século XXI, ainda temos inúmeros outros casos de desigualdade e hierarquia de gênero. No entanto, as tecnologias digitais podem nos ajudar – e tem nos ajudado – a superar este desafio, mobilizando questões relacionadas às instituições escolares e às mídias para o feminismo.

A história de Malala não termina aqui. Ela é permeada por um atentado que a deixou em coma durante alguns meses, depois de ter revelado sua identidade sob o pseudônimo de Gul Makai. Contraditoriamente à história de Malalai de Maiwand, cuja protagonista lutou contra os britânicos, Malala foi morar na Inglaterra, onde até hoje recebe abrigo e proteção do mesmo país que, em outros tempos, tentou dominar o sul da Ásia e o povo pashtun. São muitas histórias de exclusão, sofrimento e conquistas. Estas histórias podem ser contadas, vividas e problematizadas pela sociedade contemporânea a fim de continuar a luta a favor dos direitos humanos e em direção ao feminismo, seja na escola, seja no lar, seja em qualquer lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição deste estudo foi desenvolvido ao longo do Curso de Especialização de Gênero e Diversidade na Escola realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no período de 2015 a 2016 e ministrado em várias cidades do estado. Vários/as professores/a e educadores/as escreveram e dialogaram sobre temas que envolvessem o feminismo, a diversidade e os direitos humanos. Desde o início fui designada para fazer parte da turma D - Donna Haraway. Sem que eu soubesse quem era, o universo parece que conspirou para que eu integrasse esta turma, com este nome e para este estudo.

Donna Haraway, portanto, significa mais que uma epistemóloga do campo da ciência e da sociologia, Donna Haraway é uma mistura híbrida de humanos e objetos, o próprio ciborgue que se movimenta nas ondas feministas. Assim como a autora do Manifesto Ciborgue (HARAWAY, 2009), a turma “D” não se prende aos limites de onde termina o ser humano e onde começa a tecnologia. Somos parte integrada de um fluxo de metamorfoses de pensamento e desenvolvimento de noções de igualdade entre os gêneros que impulsionam as transformações e as (des)construções de que somos seres heterogêneos, diversos e articulados.

As descobertas científicas não acontecem ao acaso, elas estão, de alguma forma, sendo investigadas até que se chegue em algum lugar (CHALMERS, 2015). Digo isto porque é preciso de uma imersão em um curso de especialização dedicado à compreensão das questões de gênero e diversidade para estabelecer conexões e refletir sobre esses temas. O encontro com os/as colega, professores/as, vídeos, internet, ambiente moodle, textos, cartazes, escola, preconceitos, diferenças e hierarquias nos transforma e passa a fazer parte do emaranhado de ideias e entendimentos da nossa própria vida enquanto desnaturalização dos determinismos.

Donna Haraway (2009), simbolizando a turma do curso e a respeitada teórica estadunidense integram a cibercultura e a tecnociência. O curso, por exemplo, é realizado tanto na plataforma digital, o moodle, quanto presencialmente. Haraway (2009) nos insere na discussão dos ciborgues nas fronteiras ou melhor, na dissolução das fronteiras de gênero e das tecnologias.

Outros autores refutam a dicotomia natureza/sociedade, ciência/pseudociência, fato/mito, humano/não humano, tal como Bruno Latour (2012). Assim como Haraway (2012) ele nos provoca a pensar sobre as relações em rede e não na separação de sujeito e objeto. Afinal, somos constituídos de elementos híbridos e os constituímos também. Como o processo de formação ao longo do curso, mudamos nossa maneira de pensar e agir ao mesmo tempo que influenciemos pessoas, leis, decisões e ações.

A escolha pela literatura infantil na figura da paquistanesa Malala Yousafzai, ganhadora do prêmio Nobel de 2014 por reivindicar o direito das mulheres de irem à escola após a tomada pelo Talibã em regiões do sul asiático não foi ao acaso, como se pensam muitas vezes a respeito das descobertas da ciência (CHALMERS, 2015). Trata-se de uma escolha atenta e cuidadosa para a visibilidade de uma menina não branca, não ocidental que fez das redes sociais digitais a denúncia das atrocidades e abusos que fundamentalistas em nome da religião impunham à população, especialmente às mulheres de seu país. Malala, sob o pseudônimo de Gui Makai, conseguiu comunicar em rede mundial por meio da imprensa (BBC) e mobilizou pessoas para combater as desigualdades que vinham acontecendo.

Longe de querer adotar uma postura populista tecnocrática categorizada de **prometeicos** por Francisco Rüdiger (2013) em que a tecnologia ocupa um espaço privilegiado restrito aos avanços que os movimentos sociais, especialmente aos que as feministas vêm alcançando, neste trabalho buscamos sustentar a visão otimista das mídias sociais digitais em suas possibilidades. No entanto, é preciso fazer uma breve ressalva sobre uma visão menos animadora da qual as TDIC navegam em uma via de mão dupla no movimento de permissividade, perseguição e violências representadas, por exemplo, a circulação de imagens infantis entre pedófilos, nos crimes contra a mulher e contra quaisquer argumentos em prol do feminismo exposto principalmente nas redes sociais. Com isto, não pretendemos ser omissas quanto aos problemas que crescem junto com os avanços, eles existem e devem ser denunciados. Em alternativa a estes debates mais críticos, optamos por dar maior visibilidade às possibilidades que as tecnologias digitais podem promover ao estimular outras pessoas a entrar por estes caminhos de luta e de resistência contra qualquer vestígio de heteronormatividade, sexismo e as trans-homo-lesbofobias.

Esta relação entre as tecnologias de informação e comunicação, neste caso, o jornal BBC e a conscientização feminista da luta pelos direitos humanos reforça a teoria de Haraway (2009) sobre os ciborgues, ao mesmo tempo que trabalha com as possibilidades da educação. O livro de literatura infantil representa um caminho lúdico para a compreensão de diversidade, de respeito, de mobilização e feminismo, de forma a contribuir para a redução das hierarquias de gênero.

Importante lembrar que a “desigualdade de gêneros não é o mesmo que “desigualdade entre gêneros”. Este último remete a uma substituição de gênero no lugar de sexo, ou seja, uma relação binária e dicotômica da qual ao longo do texto procuramos nos afastar, respaldadas em autores/as e teóricos/as da área.

A importância de Malala, portanto, não está restrita à sua luta pelo feminismo, mas por romper fronteiras de idade, por ser uma menina; de gênero, por ser mulher; geografia por não ser ocidental e, religiosa, por ser muçulmana e criticar o fundamentalismo religioso do Islã. É por este viés que o presente trabalho buscou problematizar: a diversidade de pensamentos enquanto respeito de valores e não como hierarquia cultural, social ou de gênero.

Diante do exposto, cabe por fim fazer uma breve reflexão sobre as potencialidades do estudo das questões de gênero e diversidade trabalhadas ao longo do curso para educação, não somente enquanto instituição de ensino, mas na família, nos encontros com os/as amigos, em casa, nos espaços públicos e na leitura crítica. Afinal, a educação não tem um muro. A fronteira não é a escola. Os meios digitais de informação e comunicação estão postos na cibercultura. Somos ao mesmo tempo receptores e produtores destas mídias e temos que ter consciência deste movimento para influenciar e trazer ao diálogo temas que abordam os direitos humanos, o feminismo e o respeito às diferenças, seja lá quais forem. Vai ter gênero e diversidade na escola, SIM!!!!

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos; NOGUEIRA Joanna Ribeiro. Estereótipos de gênero em contos de fada: uma abordagem histórico-pedagógica In: **Dimensões**, v. 36, jan.-jun. 2016. Disponível em <<file:///C:/Users/User/Downloads/13864-37254-1-SM.pdf>> Acesso em 25 ago 2016
- BEAUVIOR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. 1 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CARRANCA, Adriana. **Malala, a menina que queria ir para a escola**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.
- CHALMERS, Alan. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 2015
- FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo da. Gênero e educação. Disciplina V. In: GROSSI, Miriam Pillar et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola**. Livro 2, modulo 2. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2015.
- GUGGENHEIM, Davis (direção). **Malala**. Título original: He named me Malala. Gênero Documentário, 1h27min. EUA, 2015
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HJARVARD, Stig. **Da Mediação à Mídiação**: a institucionalização das novas mídias. Revista Parágrafo, Jul/dez 2015. Disponível em <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331/339>> Acesso em 13 jun 2016.
- _____. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. São Paulo, Brasil: **Revista Matrizes ECA/USP** Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/338/pdf>> Acesso em 10 jun 2016.
- KERCKHOVE, Derrick de. **A pele da cultura**. São Paulo: Annablume, 2009.
- KIRCHOF, Edgar Roberto; BONIN, Iara Tatiana; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Apresentação literatura infantil e diferenças. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1045-1052, Dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-j62362013000400002&lng=en&nrm=iso> Acesso em 30 jul 2016

KUNZRU, Hari. Você é um ciborgue: um encontro com Donna Haraway. In: **As vertigens do pós-humano**. SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre.; NECKEL, Jane Felipe (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINO, Luís de Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **A história dos feminismos**. In: Ciclo de Video-aulas A história do Feminismo GDE 2012-2013. Gênero e Diversidade na Escola, 2015a.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Disciplina III. In: GROSSI, Miriam Pillar et al (org). **Gênero e Diversidade na Escola**. Livro 1, modulo 1. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2015b.

PRETTO, Nelson. **Uma escola com/sem futuro**: educação e multimídia. Salvador: Edufba, 2013.

ROVELLI, Carlo. **Sete breves lições de física**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

RUDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SARTORI, Ademilde (org). **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos**: diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre. 1990.

SOARES, Ismar. **Educomunicação**: o conceito, o profissional e a aplicação. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

WOLF, Cristina Sheibe; SILVA, Janine Gomes da. **Gênero**: um conceito importante para entender o mundo social. Disciplina III. In: GROSSI, Miriam Pillar et al (org). Gênero e Diversidade na Escola. Livro 1, modulo 1. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 2015.